

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 22 de setembro de 2021 às 08h02
Seleção de Notícias

O Estado de S. Paulo | BR

Direitos Autorais

O custo da informação confiável	3
--	----------

NOTAS & INFORMAÇÕES

Agência Brasil | BR

21 de setembro de 2021 | Propriedade Intelectual

Brasil sobe cinco posições no Índice Global de Inovação	4
--	----------

Agência Senado | BR

21 de setembro de 2021 | ABPI

Atualização de leis sobre patentes será tema de debate na Comissão Senado do Futuro	5
--	----------

21 de setembro de 2021 | Direitos Autorais

CCT discute implementação do 5G no Brasil e legislação sobre direitos autorais	7
---	----------

O custo da informação confiável

NOTAS & INFORMAÇÕES

A revolução digital utiliza como principal fonte de informação é menos engajado e menos informado em comparação com o público de fontes como mídia impressa, TV, rádio ou sites de notícias. Em um círculo vicioso, o público das redes é mais exposto à desinformação e mostra menos capacidade de discernimento.

Mais grave é quando a amplificação da desinformação é não apenas difusa, mas deliberadamente impulsionada por facções da sociedade ou, pior, por políticos, partidos e mesmo governos. Todos os indicadores evidenciam a escalada de uma indústria profissional de desinformação. Como principal veículo dessa indústria, as redes têm sofrido pressão em todo mundo por intervenções regulatórias. E no mínimo de seu autointeresse - se o interesse público não bastasse que elas se engajem no combate à desinformação.

As armas mais poderosas nesse combate são as notícias produzidas pela indústria de informação, e as redes têm cada vez mais se municiado delas, destacando-as por meio de seus algoritmos. Isso atrai usuários interessados em informações confiáveis, os quais, por sua vez, atraem a publicidade.

Com esse antídoto o ambiente digital é desintoxicado e, aparentemente, todos ganham - as redes, seus usuários e as empresas que publicam seus produtos. Mas só aparentemente: quem mais tem perdido é justamente quem produz o antídoto. As notícias apuradas pelas mídias são veiculadas pelas redes na

forma de trechos; os trechos são acessados e compartilhados pelos usuários, sem que eles cheguem a ingressar nas plataformas jornalísticas; e as receitas de publicidade são absorvidas pelas redes.

Com certa recalcitrância, gigantes como Google e Facebook têm oferecido às mídias acordos de remuneração pelas licenças de conteúdo. Mas o monopólio *de facto* das Big Techs faz com que as condições de um "acordo" sejam distorcidas a ponto de a compensação ser, na prática, uma discricionariedade unilateral.

Por isso, governos de todo o mundo estão elaborando leis para garantir parâmetros de compensação ou ao menos de negociação, grosso modo emulando para o mercado jornalístico um processo que foi realizado para o mercado musical.

Foi para reiterar a necessidade de um equilíbrio para os atores do ecossistema digital entre liberdade de expressão, **direitos** autorais e propriedade intelectual que as entidades jornalísticas das Américas publicaram seu manifesto.

As informações verídicas têm um valor civilizacional - e também monetário, como bem sabem as redes que lucram com a publicidade em tomo delas. E o jornalismo que as produz tem um custo. Mas, por qualquer critério concebível, esse custo compensa com sobras o prejuízo que a desinformação impõe à sociedade e a cada cidadão.

Brasil sobe cinco posições no Índice Global de Inovação

O Brasil ocupa a posição 57 no ranking internacional de inovação, entre 132 países. O país subiu cinco lugares em relação ao ano passado no Índice Global de Inovação, IGI, divulgado pela **Organização** Mundial da Propriedade Intelectual. Mas o melhor desempenho foi em 2011, quando ficou em 47°.

Entre os países de renda-média alta, o Brasil aparece no grupo com desempenho acima do esperado em relação ao nível de desenvolvimento.

Para a Confederação Nacional da Indústria, no entanto, a posição no ranking é incompatível com o tamanho da nossa economia, décima segunda no mundo, da indústria e do sistema de Ciência e Tecnologia.

Segundo a diretora de Inovação da CNI, Gianna Sa-gazio, o Brasil precisa de políticas e metas de longo

prazo para ocupar uma posição adequada no ranking internacional de inovação.

Em uma live para debater os dados do IGI, nesta terça-feira, o líder do Grupo de Trabalho Indicadores de inovação da MEI, Mobilização Empresarial pela Inovação, Laércio Cosentino, apontou a necessidade de melhorar o ambiente de negócios brasileiro, o investimento em infraestrutura e Pesquisa e Desenvolvimento, o acesso a crédito, além de capacitar e reter talentos no país.

Entre as fraquezas do Brasil apontadas no ranking, estão a facilidade para abrir uma empresa, a obtenção de crédito e a taxa tarifária aplicada. Já os principais avanços foram os indicadores de crescimento da produtividade no trabalho e de gastos totais com software.

Atualização de leis sobre patentes será tema de debate na Comissão Senado do Futuro

A Comissão Senado do Futuro (CSF) faz nesta sexta-feira (24), a partir das 10h, uma audiência pública para debater a legislação brasileira sobre patentes e avaliar benefícios e possíveis aprimoramentos.

Para o debate sugerido pelo presidente da comissão, senador Izalci Lucas (PSDB-DF), foram convidados Paulo Alvim, o secretário de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; Gustavo Morais, do Conselho Diretor da Associação Brasileira da **Propriedade Intelectual (ABPI)**; Bernardo Gradin, diretor-presidente da empresa de **biotecnologia** GranBio; e Rogério César Leite, professor da Unicamp.

Izalci Lucas aponta no requerimento que as dinâmicas das mudanças produtivas criam o desafio de aprimorar frequentemente as leis sobre patentes.

"Diante deste quadro, novos aspectos surgem e antigos pontos de vista são superados, considerando a necessidade de proteção econômica da **propriedade** intelectual e dos investimentos para desenvolvê-la, frente ao também necessário estímulo à inovação", aponta o senador.

Como participar

O evento será interativo: os cidadãos podem enviar perguntas e comentários pelo telefone da Ouvidoria do Senado (0800 061 2211) ou pelo Portal e Cidadania, que podem ser lidos e respondidos pelos senadores e debatedores ao vivo. O Senado oferece uma declaração de participação, que pode ser usada como hora de atividade complementar em curso universitário, por exemplo. O Portal e Cidadania tam-

bém recebe a opinião dos cidadãos sobre os projetos em tramitação no Senado, além de sugestões para novas leis.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

A Comissão Senado do Futuro (CSF) faz nesta sexta-feira (24), a partir das 10h, uma audiência pública para debater a legislação brasileira sobre patentes e avaliar benefícios e possíveis aprimoramentos.

Para o debate sugerido pelo presidente da comissão, senador Izalci Lucas (PSDB-DF), foram convidados Paulo Alvim, o secretário de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; Gustavo Morais, do Conselho Diretor da Associação Brasileira da **Propriedade Intelectual (ABPI)**; Bernardo Gradin, diretor-presidente da empresa de **biotecnologia** GranBio; e Rogério César Leite, professor da Unicamp.

Izalci Lucas aponta no requerimento que as dinâmicas das mudanças produtivas criam o desafio de aprimorar frequentemente as leis sobre patentes.

"Diante deste quadro, novos aspectos surgem e antigos pontos de vista são superados, considerando a necessidade de proteção econômica da **propriedade** intelectual e dos investimentos para desenvolvê-la, frente ao também necessário estímulo à inovação", aponta o senador.

Como participar

O evento será interativo: os cidadãos podem enviar

Continuação: Atualização de leis sobre patentes será tema de debate na Comissão Senado do Futuro

perguntas e comentários pelo telefone da Ouvidoria do Senado (0800 061 2211) ou pelo Portal e Cidadania, que podem ser lidos e respondidos pelos senadores e debatedores ao vivo. O Senado oferece uma declaração de participação, que pode ser usada como hora de atividade complementar em curso universitário, por exemplo. O Portal e Cidadania tam-

bém recebe a opinião dos cidadãos sobre os projetos em tramitação no Senado, além de sugestões para novas leis.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

CCT discute implementação do 5G no Brasil e legislação sobre direitos autorais

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) se reúne, nesta quinta-feira (23), a partir das 11h, para apreciação da proposta de plano de trabalho para avaliação das políticas públicas relativas à quinta geração de redes móveis (5G) no Brasil, no exercício de 2021, conforme requerimento aprovado na última reunião (Req 5/2021-CCT). Os senadores também devem deliberar sobre três itens que constam da pauta da Comissão, todos com parecer pela rejeição.

O primeiro item a ser votado é o PL 3804/2019, de autoria do ex-senador Major Olímpio, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre **direitos** autorais e dá outras providências. De acordo com a justificativa do projeto, as reproduções das obras teatrais, composições musicais e fonogramas, são meios pelo qual os artistas se tornam conhecidos e divulgam o seu trabalho. "Infelizmente os meios de comunicação não divulgam de forma adequada a autoria dessas obras que são devidamente registradas, não permitindo assim que haja o reconhecimento devido aos artistas que a produziram, reconhecimento esse de suma relevância para a carreira artística do autor, e que carece de regulamentação para que seja efetivado de forma obrigatória", observa o autor da proposta. O relator será o senador Chico Rodrigues (DEM-RR).

A CCT também pode analisar o projeto que trata da obrigatoriedade de utilização de parâmetros internacionais nas pesquisas de emprego e desemprego. É o que diz o PL 5.653/2019, de autoria da Câmara dos Deputados. A matéria será relatada pelo senador Izalci Lucas (PSDB-DEM). O parlamentar apresentou parecer contrário ao projeto. O parlamentar entende em seu relatório que a proposta contraria os parâmetros adotados atualmente,

"restringindo a população ocupada apenas à parcela constituída pelos empregados celetistas e cria uma definição de desemprego que deixa dúvidas sobre o que pode abranger e que entra em contradição com o que é de fato, ou seja, desligamento de um emprego".

Outro item da pauta é o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade Rádio Comunitária Camará FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Camaragibe, no estado de Pernambuco. O ato consta no PL 5653/2019. O relator, Senador Styvenson Valentim (Podemos/RN) também apresentou parecer pela rejeição da proposta.

Tecnologia 5G

A CCT vai avaliar a implementação da tecnologia 5G no Brasil. O autor do pedido, senador Jean Paul Prates (PT-RN), destacou que hoje já são 65 países conectados à **internet** móvel de quinta geração. Ele lembrou que ainda não há previsão de quando o Brasil contará com esse serviço.

A tecnologia 5G é a próxima geração de rede de **internet** móvel. Ela trará ainda mais velocidade para downloads e uploads, cobertura mais ampla e conexões mais estáveis.

Jean Paul Prates salienta que, apesar de a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) ter enviado em março o edital para o leilão da nova tecnologia pelo para análise do Tribunal de Contas da União (TCU), somente no mês passado a agência reguladora terminou de enviar os esclarecimentos solicitados pela Corte para emitir seu parecer.

Continuação: CCT discute implementação do 5G no Brasil e legislação sobre direitos autorais

O leilão para a implementação da tecnologia no Brasil será o maior de radiofrequências já realizado no país e o maior para a tecnologia de quinta geração no mundo todo, disse o senador. Ele sugeriu que a comissão intensifique a análise do tema para avaliar os impactos que esta tecnologia trará.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais
3, 7

Propriedade Intelectual
4, 5

Entidades
4

ABPI
5

Inovação
5